

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**Inquérito Civil nº 06.2019.00004857-0**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua Promotora de Justiça em exercício na 4ª Promotoria de Justiça de Concórdia, doravante denominada **COMPROMITENTE**, e de outro lado **ACHILES JOSEPE GUISSO**, brasileiro, casado, agricultor, nascido em 29.1.1944, natural de Concórdia/SC, filho de Pedro Guisso e Rosina Zamfonatto, portador da cédula de identidade n. 3.527.937, residente e domiciliado na Linha Lajeado Procópio, s/n, interior do município de Irani/SC, doravante designado **COMPROMISSÁRIO**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2019.00004857-0 autorizados pelos artigos 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85 e 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019; nos autos do Inquérito Civil n. 06.2019.00004857-0, e

**CONSIDERANDO** o disposto nos arts. 127, *caput*, e 129, III, da Constituição da República; arts. 25, IV, "a" e "b", e 26, I, ambos da Lei n. 8.625/93; arts. 90, VI, "b", 91, I e 92, todos da Lei Complementar Estadual n. 738/2019; assim como o Ato n. 395/2018/PGJ;

**CONSIDERANDO** que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, CF);

**CONSIDERANDO** que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, CRFB/88);

**CONSIDERANDO** que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei n. 9.605/98);

**CONSIDERANDO** que meio ambiente é "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas" (art. 3º, I, da Lei 6.938/81), e que poluição é "a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos" (inciso III);

**CONSIDERANDO** que a Lei 12.651/12 instituiu no art. 4º, IV, que "considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei: [...] I – as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menso de 10 (dez) metros de largura; [...]";

**CONSIDERANDO** que as Áreas de Preservação Permanente (APP) são bens de interesse nacional e espaços territoriais especialmente protegidos, cobertos ou não por vegetação, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

**CONSIDERANDO** a singularidade e o valor estratégico das áreas de preservação permanente que, conforme indica sua denominação, são caracterizadas, como regra geral, pela intocabilidade e vedação de uso econômico direto;

**CONSIDERANDO** a função socioambiental da propriedade prevista nos artigos 5º, XXIII, 170, VI, 182, § 2º, 186, II, e 225, todos da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** que o direito de propriedade será exercido com as limitações que a legislação estabelece, ficando os proprietários ou posseiros obrigados a respeitar as normas e regulamentos administrativos;

**CONSIDERANDO** o dever legal *propter rem* do proprietário ou do possuidor de recuperar as áreas de preservação permanente irregularmente suprimidas ou ocupadas;

**CONSIDERANDO** que este Órgão de Execução ofereceu denúncia contra Achilles Josepe Guisso pelos crimes tipificados no art. 38, *caput* e no art. 38-A, *caput*, c/c art. 15, II, a, todos da Lei n. 9.605/1998 (Autos n. 0900099-78-2019.8.24.0019) e não foi possível oferecer a composição prévia dos danos ambientais;

**CONSIDERANDO** que o presente Inquérito Civil objetiva a recuperação da área degradada por Achilles Josepe Guisso, em virtude da destruição de 0,412 hectare de floresta em área de preservação permanente e destruição de 1,989 hectares de vegetação secundária do Bioma Mata Atlântica, sem autorização do órgão ambiental competente, nos termos da Notícia de Infração Penal Ambiental - NIPA n. 003/2018, da Polícia Militar Ambiental de Concórdia,

**RESOLVEM**, nos termos do art. 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85, celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com as cláusulas e as condições seguintes:

### **DO OBJETO**

**Cláusula 1ª** - Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto a adoção de medidas reparatórias e indenizatórias em relação ao dano ambiental praticado pelo compromissário no imóvel localizado na Localidade de Lajeado Procópio, no Município de Irani/SC, matriculado sob o número 32.316 (até AV-10), do Livro n. 2, do 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Concórdia, no qual foi suprimido 0,412 ha de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente e 1,989 ha de vegetação nativa em Bioma da Mata Atlântica.

## **DAS OBRIGAÇÕES**

**Cláusula 2ª** - O Compromissário se compromete a reparar os danos causados ambientais causados, mediante a elaboração de Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD, por profissional habilitado, a ser apresentado no prazo de 60 dias à Polícia Militar Ambiental de Concórdia, para aprovação, o qual deverá conter os seguintes requisitos mínimos:

- recuperação integral dos solos degradados, a fim de que ofereçam capacidade necessária para regeneração natural;
- recuperação da vegetação, com o plantio de mudas que façam parte do Bioma Mata Atlântica;
- monitoramento ambiental durante o período de suspensão do processo, devendo ser assegurado as condições necessárias para o crescimento da vegetação até que atinga o porte médio, replantando as mudas que morrerem ou não apresentarem desenvolvimento adequado, comprovado mediante relatório semestral dando conta da adequada recuperação da área degradada, inclusive com levantamento fotográfico.

**Parágrafo primeiro:** o cumprimento de eventuais alterações no PRAD, caso indeferido pela Polícia Militar Ambiental, sujeitando-o novamente à aprovação no prazo máximo de 60 dias, contados da ciência do indeferimento;

**Parágrafo segundo:** o início da execução do PRAD deverá ocorrer no prazo de 30 dias, após a ciência de seu deferimento pela Polícia Militar Ambiental, devendo cumpri-lo integralmente.

**Clausula 3ª:** Como forma de compensação pelo dano ambiental, o Compromissário se compromete a pagar o valor e R\$ 700,00 (setecentos reais), a ser pago no prazo de 30 dias, e depositado na conta da Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Arabutã, com os seguintes dados: Conta Corrente n. 26324-9, Banco n. 756 – Banco Cooperativo do Brasil S/A - Bancoob, Agência n. 3067, CNPJ n. 83.507.509/0001-52.

### **DA MULTA COMINATÓRIA PELO DESCUMPRIMENTO**

**Cláusula 4ª:** Em caso de descumprimento das condições e prazo de composição ambiental prévia, o Compromissário pagará multa diária no valor de R\$ 100,00 (cem reais), que deverá ser reajustada mensalmente pelo INPC ou índice equivalente, a ser recolhida ao Fundo de Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, previsto no art. 13 da Lei n. 7.347/85 e criado pelo Decreto Estadual n. 1.047/87.

**Parágrafo único:** O descumprimento das obrigações assumidas neste termo não exime os compromissários de suas responsabilidades e poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a propositura ou andamento de ação civil pública já instaurada, a execução específica das obrigações de fazer ou não fazer, a instauração de inquérito policial ou ação penal, bem como outras providências administrativas cabíveis;

### **DA FISCALIZAÇÃO**

**Cláusula 5ª:** A fiscalização das cláusulas do presente acordo será realizado pelo Compromitente quando esgotados os prazos anteriormente previstos ou quando se fizer necessário.

**Cláusula 6ª:** Este termo de compromisso de ajustamento de conduta não inibe ou impede que o comprometente exerça suas funções ou prerrogativas constitucionais ou infraconstitucionais na defesa do meio ambiente ou de qualquer outro direito difuso, coletivo ou individual homogêneo relacionados direta ou indiretamente com o objeto deste Termo;

### **ADITAMENTO**

**Cláusula 7ª:** As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objeto o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

### **DA POSTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**Cláusula 8ª:** O Ministério Público Estadual se compromete a não ajuizar ação civil pública de responsabilidade por dano ambiental em desfavor do Compromissário, por conta dos fatos que são objetos do Inquérito Civil n. 06.2019.00004857-0, caso o presente ajuste seja devidamente cumprido, não abrangida a responsabilização penal do Compromissário, cuja denúncia foi oferecida por este Órgão de Execução nos Autos n. 0900099-78-2019.8.24.0019, em tramitação na Vara Criminal de Concórdia.

### **DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA**

**Cláusula 9ª:** O presente termo de ajustamento de conduta entrará em vigor na data de sua assinatura, com eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85 e art. 784, inciso XII, do Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015), sendo que o arquivamento do Inquérito Civil n. 06.2019.00004857-0 será submetida à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, conforme determina o § 3º do art. 9º da Lei n. 7.347/85 .

### **DO FORO**

**Cláusula 10ª:** Elegem o compromissário e o Ministério Público do Estado de Santa Catarina o foro da Comarca de Concórdia para dirimir quaisquer dúvidas ou conflitos oriundos do presente termo.

### **CIÊNCIA DO ARQUIVAMENTO**

**Cláusula 11ª:** Ficam, desde logo, os presentes cientificados de que este Inquérito Civil será arquivado em relação aos signatários, e a promoção, submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o § 3º do artigo 9º da Lei nº 7.347/85 e o artigo 20 do Ato n. 335/2014/PGJ;

E, por estarem assim compromissados, firmam este termo em 2 vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

Concórdia/SC, 1º de novembro de 2019.

MARIANA MOCELIN  
Promotora de Justiça Substituta

ACHILES JOSEPE GUISSO  
Compromissário

LEDO MÁRIO SLONGO  
Advogado OAB/SC 25318

Vanessa Guuisso  
Testemunha